

ESTUDOS, POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NAS PROPOSIÇÕES E PRÁTICAS INCLUSIVAS E SUAS APLICAÇÕES

Carlina dos Santos Cruz¹; Erinete Leite Stoppiglia²; Luiz Fabrizio Stoppiglia³

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos;

² Universidade Federal de São Carlos;

³ Universidade Federal de Mato Grosso.

Resumo:

Esse trabalho descreve meu trabalho com um adulto (25 anos de idade), portador de Síndrome de Down. Ele já frequentava escola especial desde criança, mas não tinha o acompanhamento adequado para seu aprendizado. Esse é um relato das dificuldades e ganhos quanto a seu desenvolvimento cognitivo, mediante um trabalho desenvolvido em diversos ambientes, propondo estímulos e desafios. Ao final, o aluno adquiriu mais autonomia, já manuseando brinquedos, materiais escolares e vestimentas, ia ao banheiro sozinho, conhecia o horário do lanche, conseguia ir ao cinema, delimitava espaço e horários de estudo.

Palavras-chave: formação pedagógica, políticas públicas, inclusão, Síndrome de Down.

Abstract

This work describes my work with an adult (25 years old), with Down Syndrome. He attended a special school since he was a child, but he did not have the proper accompaniment for his learning. This is an account of the difficulties and gains regarding his cognitive development, through work developed in different environments, proposing stimuli and challenges. In the end, the student acquired more autonomy, already handling toys, school materials and clothes, went to the bathroom alone, knew the snack time, managed to go to the movies, delimited space and study times.

Keywords: pedagogical training, public policies, inclusion, Down Syndrome.

Introdução

Antigamente, os estudantes com algum tipo de deficiência não eram considerados educáveis. Hoje, esses alunos são público-alvo da Educação Especial. A legislação sobre esse tipo de educação iniciou-se com a Lei nº 9.394/96 - Capítulo V, que designou a oferta da

Educação Especial preferencialmente nas classes da rede comum de ensino. Além disso, criou-se um currículo para esses alunos em que o Conselho Nacional de Educação estabeleceu, na resolução CNE/CEB nº 2, de 11, de setembro de 2001, flexibilizações e adaptações curriculares direcionados ao porte de recursos didáticos e avaliações diferenciados dentro do projeto pedagógico da escola. Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146) recomendava uma “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, até onde for possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico” (artigo 3º).

A “Política Nacional de Educação: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida” (PNEE-2020) foi aprovada pelo Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, estabelecendo os modelos de Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Regular como equivalentes e escolhidas pelos responsáveis da criança. Com duração de 60 dias, a PNEE-2020 foi a mais curta na história do Brasil, com grandes discussões e opiniões divididas, gerando conflitos entre pesquisadores(as) da área da Educação Especial, terminando por ser revogada pela Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.590 do Supremo Tribunal Federal. Assim, a Política Nacional de Educação atualmente em vigor data de 2014 e tem duração até 2024. Para promover a educação inclusiva, ela prevê a universalização do acesso à educação básica e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para crianças e adolescentes com deficiências, autistas com e altas habilidades/superdotação, efetivando a "sala regular" como ambiente para isso. Para esses estudantes, a frequência exclusiva na classe comum não basta: é necessário que a escola ofereça o AEE, preferencialmente em salas de recursos multifuncionais.

Este artigo trata do trabalho desenvolvido em vários ambientes com relação ao ensino, atividades de vida diária, orientação e mobilidade e de um aluno com Síndrome de Down. Devido aos investimentos, pesquisas, estudos, conhecimentos e experiência sobre as deficiências desta professora, principalmente sobre a Síndrome de West, Síndrome de Down, Transtorno do Espectro Autista em escola regular, esse novo desafio foi prazeroso e motivador.

Síndrome de Down ou trissomia do cromossomo 21

Os cromossomos são longos “fios” de DNA empacotados no núcleo de cada célula, compondo nosso código genético, que controla e orienta a divisão celular, além do seu crescimento e função. Com poucas exceções (ex. gametas e hemácias), cada uma de nossas células possui 46 cromossomos, que foram herdados de nossos pais e copiados integralmente em cada divisão celular; 23 provenientes pelo óvulo materno e 23 do espermatozóide paterno.

A Síndrome de Down recebeu o nome em homenagem a John Langdon Down, médico britânico que descreveu a doença em 1866. A síndrome é caracterizada por uma combinação de diferenças maiores e menores na estrutura corporal, gerando traços fisionômicos característicos (mongolismo), alterações na musculatura e dificuldades cognitivas. Pessoas com Síndrome de Down podem ter uma habilidade cognitiva abaixo da média, geralmente variando de retardo mental leve a moderado. Em 1958, o geneticista Jérôme Lejeune verificou que a Síndrome de Down origina-se de um erro na distribuição dos cromossomos já no zigoto, estando presente em todas ou em metade das células do indivíduo adulto. As células alteradas possuem 47 cromossomos, havendo um cromossomo 21 extra em sua totalidade ou apenas em parte. Daí o termo Trissomia do 21 (MOREIRA, 2000).

O artigo de MOREIRA (2000) traz uma análise de fatores causais da síndrome de Down e sua patogênese. Faz também uma revisão da história natural dessa síndrome e dos efeitos da trissomia da banda cromossômica 21q22 (leia-se cromossomo 21, braço q (longo), região escura ou ativa nº 22), considerada crítica para o distúrbio. Embora esse desequilíbrio cromossômico esteja necessariamente presente na síndrome de Down, a relevância do determinismo genético é questionada a partir da observação da possibilidade de desenvolvimento do potencial cognitivo em sujeitos afetados pela síndrome, após a aplicação de programas de estimulação neuromotora e psicopedagógicos.

Além do atraso no desenvolvimento, outros problemas de saúde podem ocorrer no portador da síndrome de Down: cardiopatia congênita (40%); hipotonia (100%); problemas de audição (50 a 70%); de visão (15 a 50%); alterações na coluna cervical (1 a 10%); distúrbios da tireóide (15%); problemas neurológicos (5 a 10%); obesidade e envelhecimento precoce. Em termos de desenvolvimento, a síndrome de Down, embora seja de natureza subletal, pode ser considerada geneticamente letal quando se considera que 70–80% dos portadores têm morte prematura (MOREIRA, 2000).

Metodologia

Participante - Um adulto, com 25 anos de idade, do sexo masculino, com diagnóstico de Síndrome de Down (CID10:Q90.9), denominado L.A.C. A família era de renda média. Sua mãe era professora de escolas públicas e privadas, colaborando muito na educação dele. Ele era atendido na ASSDMT (Associação dos Síndromes de Down de MT), em Várzea Grande/MT, por esta professora (apoio Pedagógico). Ele frequentou a escola especial desde criança (CENPER - Centro Pedagógico de Ensino Especial Regina Maria Silva Marques, Cema - Centro Educacional

Maria Auxiliadora, Educandário Asa Branca), em Cuiabá/MT. Devido ao comprometimento de L.A.C. em diversos aspectos, ele era muito dependente da família, principalmente dos pais.

Delineamento - Esse estudo relata dificuldades e ganhos no desenvolvimento cognitivo e motor do aluno Down durante o período de 12 meses no ano letivo de 2009. Trata-se de uma descrição e discussão do cotidiano de trabalho com esse aluno, através das orientações de atividades de vida diária, mobilidade e resgate da auto-estima familiar. Foi providenciado pela autora fichas com letras (caixa alta) e números grandes e coloridos (assim trabalharia as letras, números, tamanho, cores), brincadeiras com enigma de animais, leitura diária do seu nome e como se escreve, reconhecimento de notas e moedas (financeiro), sequência de números (fichas coloridas), contação de histórias, passeios no shopping e ao cinema (melhorando a percepção, socialização, paciência e dinamismo).

Coleta de dados - Foi realizado o acompanhamento através de conversas com os pais, de forma presencial e remota. A mãe muitas vezes foi a informante sobre as atividades de L.A.C., sendo orientada a manter a rotina de horários para realizar as atividades, como se ele estivesse na escola. Em casa, L.A.C. tinha seu espaço para as atividades pedagógicas.

Relato - No início do ano de 2009, fui procurada pela mãe do aluno, dizendo que precisava de ajuda para com seu filho, pois não sabia o que fazer, não conseguia ensiná-lo. Ela também era professora e percebia que, na escola, seu filho não estava avançando. Disse-me que ele já era adolescente (na verdade, por idade, já era um adulto) e que precisava ter sua independência, melhorar o comportamento, fala, compreensão de tudo em sua volta, desde conhecimento de orientação e mobilidade, atividades de vida diária, até leitura básica para sua sobrevivência. Na época, L.A.C. não reconhecia ou identificava as letras do próprio nome, possuía atraso cognitivo e motor. Ela relatou estar preocupada com o comprometimento dele nos diversos aspectos, pois era muito dependente da família, principalmente dos pais.

Quando L.A.C. começou a ser atendido, ainda estava em processo de aprendizagem básica: regras, autonomia, organização, limites. Ele tinha boa socialização e tranquilamente começamos a promover algumas mudanças e adaptações na sua vida. Procurei mantê-lo grande parte do tempo em atividades diversificadas e estabelecer uma rotina de funcionamento. Confeccionei fichas com letras (caixa alta) e números grandes e coloridos, elaborei brincadeiras com enigmas de animais, leitura diária do seu nome e como se escreve, reconhecimento de notas e moedas (financeiro), sequência de números (fichas coloridas), contação de histórias, passeios no shopping e ao cinema. Ele desenvolveu todas as atividades propostas (no seu tempo),

conforme relatado e informado à família, em conversas. A mãe relatava que ele adorava essas atividades e as realizava com alegria.

Nessa fase de aprendizado, as atividades com brincadeiras audiovisuais melhoram o humor, a autoestima, facilitam a socialização, melhoram a percepção visual e motora, coordenação motora grossa (correr, pular, abaixar, levantar, dançar), equilíbrio, lateralidade, coordenação espacial (em cima, embaixo, direito, esquerdo, frente, trás) (DE OLIVEIRA & VELASQUES, 2020).

Antes de começar as atividades escritas e pictóricas, praticamos outras atividades, dinâmicas e brincadeiras para ele se soltar, liberar o estresse. Muitas vezes, essas atividades eram importantes na socialização e facilitavam o processo de ensino e aprendizagem. Após realizarmos todas as atividades propostas, já com o aluno alimentado, faltando entre 5 a 10 minutos para finalizarmos a aula, eu conversava com ele, sempre olhando de frente, procurando me expressar de maneira que facilitasse sua compreensão, apresentando passo a passo, sempre com frases curtas e objetivas. No final das aulas, eu alternava as atividades pedagógicas entre dinâmicas, trabalhos com massinha de modelar para estimular a coordenação motora fina, trabalhava com leituras da igreja, já que ele gostava das canções e histórias bíblicas. Ele sempre gostou dos cantos (músicas) da igreja, que frequentava com a família.

L.A.C. apresentava dificuldades na percepção visual e coordenação motora fina, assim como coordenação espacial. Entre um momento e outro, ele se levantava e dava umas voltas, queria abraçar, queria carinho. Eu procurei corrigir e pedir para ele retornar às atividades. Ele sempre voltava mas, algumas vezes, com resistência. Suas palavras nem sempre eram compreensíveis. Ele era geralmente calmo, mas, na hora do lanche, L.A.C. apresentava alguma inquietação no momento de se organizar, pois precisava de ajuda para abrir a caixinha de suco. Ele tinha controle de suas necessidades fisiológicas (relato da mãe). Orientei a família que o estimulasse a organizar-se com seus pertences pessoais (como: roupas e sapatos) e materiais escolares (mochila, cadernos, lápis...).

Resultados - Recentemente, participei de vários congressos com profissionais de diversas áreas, incluindo professores e gestores. Isso me fez refletir sobre valores e levar em conta o ponto de vista em diversos aspectos da educação, não só em relação aos educandos. A função pedagógica nos permite informações essenciais para a integração das pessoas no mundo físico e social, possibilitando o controle do ambiente. Ela torna possível a exteriorização destes conceitos, transcrevendo padrões de fala do mundo. Na ausência de alguém que explore esses padrões, pode haver isolamento dos profissionais, com dificuldades de desenvolver trabalhos e problemas comunitários. Em cada fase de meus estudos fui crescendo, aperfeiçoando e mudando meu

esboço de trabalho. Sofri inúmeras vezes ao ver as dificuldades, adaptações, rigidez, incompreensões nos ambientes escolares, que eu imaginava que deveria ser diferente. Enquanto professora regente, coordenadora pedagógica, atuei também em projetos sociais, além de participar da formação de professores no ensino fundamental. Diferentes situações no trabalho com os professores me impulsionaram à pesquisa e retomada no investimento do conhecimento teórico e na minha prática profissional qualificada, assim como resgates e escolhas profissionais. Hoje, percebo o quanto é importante torná-las públicas.

Aqui, o trabalho desenvolvido foi em atendimento individual, objetivando a autonomia, aprendizado básico e desenvolvimento de mobilidades. Houve melhora em todas essas áreas. Além disso, estabeleceu-se um vínculo de confiança com os pais de L.A.C., que superaram sua insegurança e medo quanto ao desenvolvimento do filho.

O portador de Síndrome de Down possui algumas alterações cerebrais bem conhecidas que dizem respeito a hipoplasia cerebelar (menor nº ou densidade de axônios, resultando em hipofunção motora), menor volume do lobo frontal, menor atenção voluntária, dificuldades quanto aos processos de linguagem e menor memória auditiva de curto prazo. Anatomicamente, a hipotonia muscular também prejudica os sentidos da visão e audição, criando um empecilho sensorial. Isso parece reforçar que os estímulos auditivos são pouco eficientes para o ensino, assim como preconiza a necessidade de outras estratégias de ensino. Ainda, é sabido que os alunos portadores da síndrome têm alto uso de estratégias de fuga durante o aprendizado, como birras e demonstrações exacerbadas de afetividade (BISSOTO, 2005).

Durante o trabalho, busquei alternativas que possibilitassem realizar trabalhos pedagógicos junto da família e vice-versa. Hoje, L.A.C. e sua família cumprem e mantêm algumas regras, estabelecidas nos primeiros atendimentos, tornando-o um adulto que leva alegria aos familiares através da continuidade nas leituras, mesmo sem as fichas. Sua oralidade é melhor compreendida, consegue se vestir e calçar escolhendo seus trajes e acessórios. Ele acompanha seus pais à missa na igreja, pega o livro de leitura e acompanha os cantos e canta junto. O seu irmão, que também é professor doutor de uma universidade federal, se orgulha muito com seu desempenho e dinamismo. L.A.C. é bastante amado pela família e isso facilitou seu aprendizado nos diversos aspectos.

Referências

BISSOTO, Maria Luísa. Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. *Ciências & Cognição*, v. 4, 2005.

DE OLIVEIRA, Mônica Maria Souza; VELASQUES, Bruna Brandão. Transtorno do Déficit de Natureza na Infância-Uma perspectiva da neurociência aplicada à aprendizagem. Lat. Am. J. Sci. Educ, v. 7, p. 22020, 2020

Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 (2020). Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília. 2020. Acesso em 19/07/22,

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília. 2015. Acesso em 19/07/22, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

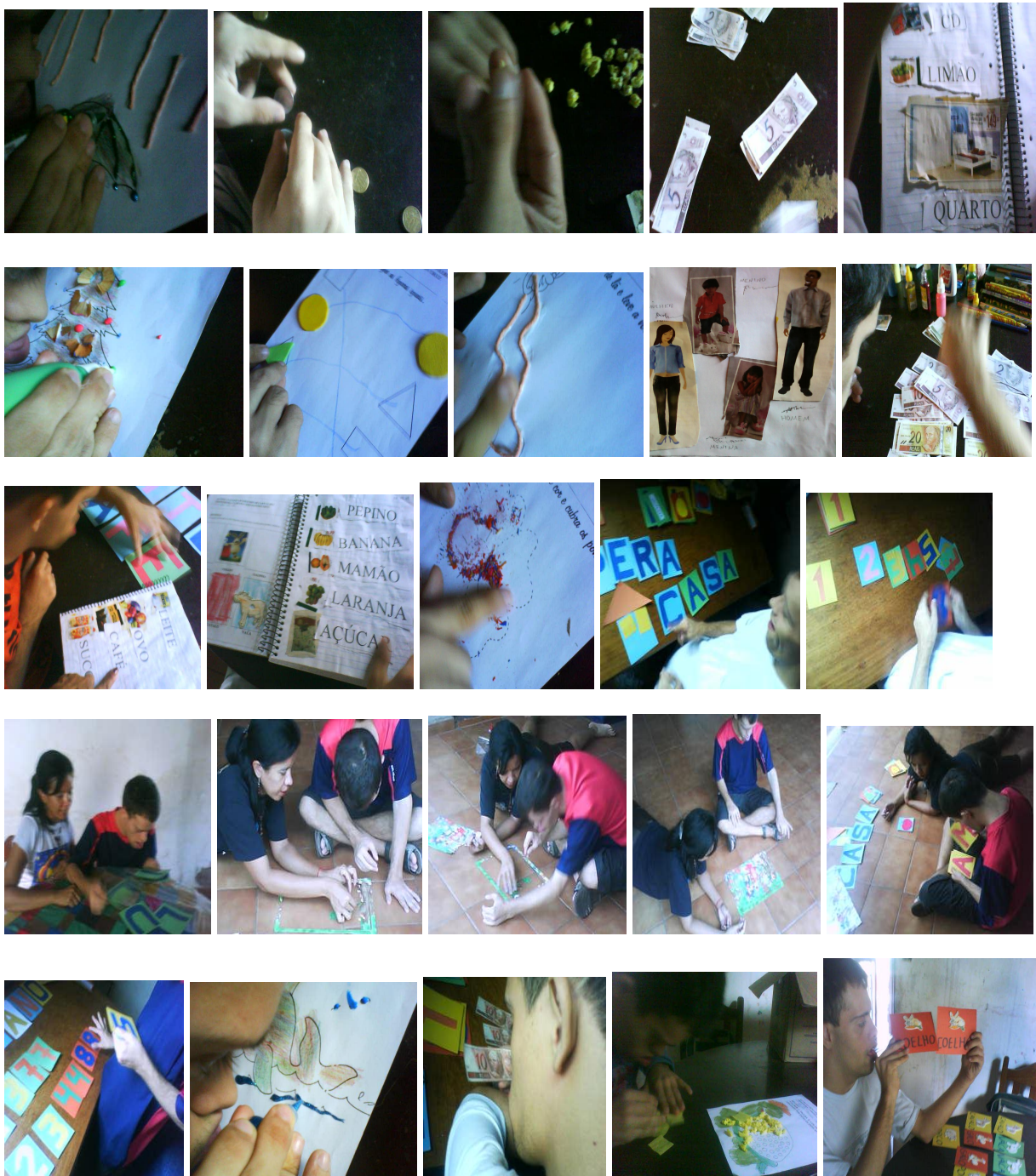
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996). Estabelece sobre as bases da educação nacional. Brasília. 1996. Acesso em 19/07/2022, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

MOREIRA, Lília; EL-HANI, Charbel N.; GUSMÃO, Fábio AF. A síndrome de Down e sua patogênese: considerações sobre o determinismo genético. Brazilian Journal of Psychiatry, v. 22, p. 96-99, 2000.

ANEXO

Trabalhar a coordenação motora fina, coordenação espacial, percepção visual.





Shopping em Cuiabá
Fomos ao cinema assistir "A Era do Gela".

